

## São Francisco Xavier/SP, um distrito sustentável

**Zilda Regina de Souza<sup>1</sup>, Judas Tadeu de Campos<sup>2</sup>, co-orientador, Edna Maria de Oliveira Querido Chamon<sup>3</sup> orientadora**

<sup>1</sup>UNITAU - Instituto Básico de Humanidades, Rua Visconde do Rio Branco, 210, Centro, Taubaté/SP, Brasil, CEP. 12020-040, 200, zilda.regina@yahoo.com.br

<sup>2</sup>j.t.campos@uol.com.br

<sup>3</sup>edna.chamon@gmail.com

**Resumo-** Discute-se a participação da sociedade civil em assuntos públicos relacionados ao desenvolvimento sustentável do distrito de São Francisco Xavier, localizado em São José dos Campos/SP. Caracterizado como Área de Proteção Ambiental, teve sua história influenciada pelo tropeirismo, tradição religiosa e ajuda mútua. Utilizou-se a pesquisa exploratória bibliográfica e análise documental. Discutiu-se a o papel da sociedade civil organizada e das forças hegemônicas que interferem no planejamento, implementação e consolidação das políticas públicas. Conclui-se que o controle social e a vigilância da sociedade civil por meio dos conselhos são instrumentos essenciais para seu desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** São Francisco Xavier; Sustentabilidade; Política Pública; Sociedade Civil; Terceiro Setor;  
**Área do Conhecimento:** Humanas

### Introdução

Este artigo é resultado de estudos para a fundamentação da pesquisa de dissertação de mestrado que se insere na linha de Políticas Sociais e Formação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais do Instituto Básico de Humanidades da Universidade de Taubaté - UNITAU e tem como objetivo discutir a participação da sociedade civil nos assuntos públicos no distrito de São Francisco Xavier.

Apresentam-se inicialmente alguns aspectos relevantes da formação do Distrito de São Francisco Xavier, sua vocação para o turismo, sua constituição como Área de Proteção Ambiental (APA). Contextualizou-se a participação da sociedade civil nos assuntos públicos, como organizações do terceiro setor que influenciam o aparelho estatal nas suas decisões ainda que recebam influências da lógica do mercado.

Identificou-se que o controle social e a vigilância da sociedade civil por meio dos conselhos configuram-se como instrumentos essenciais para garantir este desenvolvimento.

### Metodologia

Utilizou-se a pesquisa exploratória bibliográfica e análise documental. Discutiu-se a formação do distrito, o papel da sociedade civil organizada e das forças hegemônicas que também exercem influências sobre tais organizações, assim como

no planejamento, implementação e consolidação das políticas públicas.

### São Francisco Xavier, aspectos formativos

A sede do município, São José dos Campos, localizada a 97 quilômetros da capital do estado de São Paulo, tem suas rodovias que o interligam ao Litoral Norte, ao Sul de Minas Gerais, à região metropolitana de São Paulo, ao estado do Rio de Janeiro, bem como a outras cidades da região. É um pólo tecnológico do Vale do Paraíba e do Brasil, sedia institutos científicos e unidades escolares, públicas e privadas, desde a pré-escola até a pós-graduação. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica são alguns dos exemplos. Apesar desse avanço tecnológico (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2006).

A cidade de São José dos Campos, de um modo geral, avançou em tecnologia e qualidade de vida. No ano de 2000, ocupava a 11ª posição geral de desenvolvimento humano do Estado de São Paulo e a 32ª no Brasil, segundo estudo da Fundação João Pinheiro e do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IDEM), enquanto o distrito de São Francisco Xavier mantinha suas características tradicionais.

Pesquisas iniciais sobre o distrito de São Francisco Xavier indicaram escassez de produções científicas e literárias, o que nos direcionou para a apreensão de sua história e contexto inclusive por meio de textos jornalísticos.

São Francisco Xavier tornou-se parada para os tropeiros a partir de 1883, que abriram comércio entre São Paulo e Minas Gerais após traçarem trilhas na Mantiqueira. As famílias que por ali passavam ficavam para as festas religiosas ou para se dedicar ao plantio (ANDRADE, 2001).

Para Santos (2010), tropeiro é o nome atribuído aos condutores de tropas entre a região produtora e os centros consumidores. As tropas conduzidas pelos tropeiros eram formadas por animais como bois, cavalos e mulas. O termo também designa o comerciante que comprava tropas de animais para revenda. Outro conceito empregado pelo autor é o de “tropeiro de bestas” que usava os animais para transporte de gêneros para o comércio nas vilas onde passava. Tinham um importante papel para a economia e a cultura, pois era o mais importante meio de transporte após o desaparecimento dos Bandeirantes no século XVIII. Além disso, os tropeiros disseminavam notícias, idéias e conhecimentos adquiridos por onde passavam.

O povoado se originou pelo fato de ser passagem e pouso de tropeiros que vinham de Minas Gerais. A casa de Sebastião Batista, falecido em 2002, abriga o Rancho do Tropeiro que foi construído para encontros com os tropeiros de passagem pelo distrito (MARREIRA, 2009).

A vila foi oficialmente criada em 16 de agosto de 1892 pela Lei Estadual nº 59 (SANTOS, 2010) na época com umas dezenas de casas de pau a pique, uma escola primária, uma botica e algumas fazendas. A população era atendida por curandeiros que agiam tanto na vila quanto nas áreas vizinhas (RUSCHMANN, 2003) e o distrito foi criado em 1964 pela Lei Estadual de 8092/64 (SANTOS, 2007).

Com características de cidades históricas e interioranas, preserva sua memória nas narrativas do seu povo e na manutenção dos seus espaços “os bairros rurais que compõem o distrito de São Francisco Xavier apresentam em sua grande maioria características tradicionais da cultura caipira: casas dispersas, capela, costumes e organização social bem tradicional” (RUSCHMANN, 2003, p. 3).

Durante a Revolução de 1932, devido ao difícil acesso, a região foi usada como refúgio para os paulistas, mas não houve confronto na região (SANTOS, 2007), entretanto, por esta razão “algumas pessoas abandonaram a região nessa época (RUSCHMANN, 2003, p. 6).

Marcada pela presença dos mineiros, tropeirismo, festas religiosas, expressões culturais de solidariedade e companheirismo, atribuiu a terra valor sentimental e não capital, ou seja, aos laços de memória com seu meio, à preservação

da cultura dos antepassados, à ajuda mútua, a tradição religiosa e às festas que reúnem grande parte da comunidade (SANTOS, 2010).

Tais atributos contribuíram com debates sobre a ocupação do território. Um exemplo foi o posicionamento da comunidade quanto a possibilidade do tombamento da Igreja Matriz que “em esquema de mutirão e com a participação voluntária de toda a população, foi construída entre 1912 e 1914 [...] era inteiramente de taipa, menor que a atual, porém já dedicada a São Francisco Xavier” (RUSCHMANN, 2003, p. 5).

Diante da organização comunitária sobre a temática, uma comissão ligada à Câmara Municipal ficou de avaliar e discutir o projeto junto aos moradores. A Fundação Cultural Cassiano Ricardo, órgão ligado à Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, considera-a um patrimônio a ser preservado com suas características originais. Em 2002, a Prefeitura apresentou um projeto ao legislativo, propondo seu tombamento, mas não foi aceito pela comunidade que o analisou como um impedimento para a autonomia em relação às obras na igreja. (JORNAL VALEPARAIBANO, 2003), considerando que, quando da necessidade, é comum a comunidade se organizar e realizar as obras.

Conforme Santos (2010), São Francisco Xavier foi excluído das Políticas Públicas e das melhorias da tecnologia. Apresentou de 1950 a 1960 uma redução de população com uma taxa negativa de crescimento de 15,4%. Voltou a crescer apenas no período de 1980 a 1991 em 0,56%. A queda no crescimento se deu pelas condições migratórias, visto que os moradores de São Francisco Xavier, que viviam de uma economia baseada na subsistência ou na condição de arrendatários de terras, começaram a se retirar da região e a se deslocar para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Nessa fase de evasão migratória a economia predominante no distrito era baseada na agricultura e no gado leiteiro, que sucedeu o tropeirismo predominante até o final do século XIX. Na atualidade prevalece o turismo, sobretudo o ecológico, que se firmou no final do século XX (SANTOS, 2010), sobretudo, pela beleza natural e diversão que oferece. Conta com uma rede de pousadas, *camping* e restaurantes para atender os turistas.

A população de São Francisco Xavier em 2000, segundo os dados do IBGE, era de 2.876 habitantes e o cadastro Industrial de São José dos Campos de 2001 apresentou o distrito com características de complementação de renda, com a produção voltada, quase na totalidade, a atividades artesanais (RUSCHMANN, 2003).

Durante suas festas o distrito recebe inúmeras pessoas de outras cidades e regiões. Dentre as festividades oficiais do distrito, destacam-se as culturais e as religiosas.

Os limites do distrito se faz ao norte com Camanducaia (MG) e Sapucaí Mirim (MG); ao sul com a sua sede, São José dos Campos, ao leste com Monteiro Lobato/SP e a oeste com Joanópolis e Piracaia/SP (SÃO FRANCISCO XAVIER, [s/d]).

Localizado a 720 metros de altitude e a uma distância de 54,8 quilômetros de São José dos Campos, preserva características de pequeno povoado; mantém suas tradições de artesanato típico e festas religiosas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008). Sua área total é de 322 Km<sup>2</sup>, com remanescentes de Mata Atlântica e abundantes recursos hídricos que alimentam os mananciais do Vale do Paraíba (TEIXEIRA, 2004).

### **São Francisco Xavier, Área de Proteção Ambiental**

Dos 1.099,60 km<sup>2</sup> do município de São José dos Campos, 61,04% é considerada Área de Proteção Ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008).

Consideradas espaços de planejamento e gestão ambiental de ecossistemas de importância regional, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), necessitam de ordenamento territorial para utilização dos recursos naturais de forma sustentável, que sejam elaborados por meio de processos participativos da sociedade e que resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, [s/d]).

Três legislações estabeleceram a região serrana de São Francisco Xavier como APA. O Decreto 87.561/82 (federal); a Lei nº 165, de dezembro de 1997 (municipal); e a Lei 11.262 de 08 de novembro de 2002 (estadual) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2008).

Planos de manejos são necessários para a utilização do território de forma a respeitar a área a ser preservada e os interesses da comunidade para que a ocupação seja feita de forma sustentável e a sociedade civil organizada é convidada a participar do processo de construção e fiscalização destes planos por meio de conselhos consultivos.

Apenas após a criação da terceira APA foi estabelecido um Plano de Manejo e para tanto, contou com um Conselho Gestor composto por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil que foi eleito em 17 de julho de 2004 com

posse em 14 de agosto de 2005 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

Localizada na divisa entre os estados de São Paulo e Minas, a APA São Francisco Xavier com 11.800 hectares foi criada com o objetivo de proteger a vegetação e a fauna local, em especial o animal símbolo da região, o macaco muriqui, também chamado de mono carvoeiro (IDEM).

### **Sociedade civil e sustentabilidade**

O atual papel da sociedade civil, expresso pelo terceiro setor, destaca-se no contexto acadêmico e político. Sua inovação está na emergência de novos atores sociais com qualificações indispensáveis para o desenvolvimento sustentável. Tendência internacional que se multiplica e ganha visibilidade, distancia-se da filantropia e da caridade para focalizar atuações num espaço politizado e na ampliação e racionalização da ação social. O crescimento do associativismo é um forte indutor do desenvolvimento econômico e social e para isso recebe estímulos (MADEIRA; BIANCARDI, 2003).

Para Coelho (2002) o crescimento do terceiro setor acontece pela ausência irresponsável do estado assim como pela espontânea e crescente responsabilidade da sociedade civil.

O envolvimento dos cidadãos em assuntos de seu interesse acontece "desde o tempo dos antigos gregos, a participação consistiu idealmente no encontro de cidadãos livres debatendo publicamente e votando sobre decisões do governo" (GOHN, 2006, p. 67). Nos movimentos sociais está implícita uma prévia mobilização dos seus atores que podem reativar lealdades e identidades já constituídas (BOUDON et al., 1990). O surgimento dos movimentos sociais, urbanos e rurais, fora de enquadramentos partidários, foi de certo modo uma grande novidade na sociedade brasileira, uma nova forma de expressão social que se combinou com o florescer de novos sujeitos sociais e políticos (MARTINS, 2000).

O sociólogo inglês Marshall (1967, apud PEREIRA, 2009), elaborou uma teoria sobre os direitos de cidadania e, para ele, os três grupos que compunha a cidadania eram os direitos civis, que se relacionam aos individuais, os direitos políticos que consistem no exercício político e os direitos sociais que compreendem bem-estar de acordo com os padrões da sociedade.

Os interesses e o posicionamento de determinados grupos pode contribuir com a constituição de importantes associações coletivas que sobreponham aos interesses hegemônicos e anti sociais.

O filósofo italiano Antonio Gramsci (GRAMSCI apud SEMERARO, 1999) sustentava que uma nova civilização só poderia se constituir pelo ingresso na história das massas de forma livre e democraticamente organizada, de uma ação política voltada a elevar sua condição “intelectual e moral”, do desenvolvimento de uma consciência histórica da realidade e de uma sociedade realmente “civil”, capaz de humanizar-se plenamente e de autogovernar-se.

A sociedade civil que ele esboçava não foi pensada em função do estado, como queria Hegel, não se reduzia às relações burguesas conforme interpretações das teorias de Marx e, sim, um espaço público não estatal com iniciativas dos sujeitos modernos com sua cultura, valores, dinâmicas associativas e identidades coletivas, um lugar de importância política onde as classes subalternas são chamadas a desenvolver suas convicções e a lutar para um novo projeto hegemônico.

A participação política no Brasil tem seu lugar desde o tempo das lutas da Colônia contra a metrópole, contra a escravidão e pelo sindicalismo anarquista no século XX. A década de 1980 foi importante para a participação política, reivindicação de direitos e construção da cidadania, assimilada na década de 1990, como valor social no conjunto dos direitos humanos (GOHN, 2006).

Historicamente, unir as forças, uma alternativa da população no posicionamento pela garantia dos direitos humanos e pela proteção social, favorece a formação de redes e a construção da cidadania.

Para Madeira e Biancardi (2003) o crescimento do associativismo e da participação da população brasileira amadurece para a formação de redes que se conectam solidariamente e se potencializa para ações de proteção social.

No Brasil, a participação popular iniciada nos anos 1980 tinha por finalidade aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade, considerando-se a participação como forma de democratizar o estado e seus aparelhos. Entretanto, a participação popular tornou-se um jargão e foi apropriado por discursos e agendas políticas conservadoras como sinônimas de descentralização (GOHN, 2006). A banalização do conceito chama a atenção para o que realmente significa participar, para os papéis que são atribuídos à sociedade civil por meio da descentralização, assim como aos instrumentos disponibilizados pelo estado para esta participação.

Gohn (2006) destaca que a participação popular que predominou entre 1980 e 1990 no

Brasil perdeu sua força com a democracia. Apesar de parecer contraditório, a autora defende que a com a substituição do antigo modelo de participação para o chamado de Participação Social e novas relações entre o público e o estatal a gestão dos bens públicos apresenta tendência a se institucionalizar com confrontos ditos democráticos entre posições ideológicas distintas.

Participar é visto como intervir em alguma ação coletiva e, os atores coletivos são caracterizados como movimentos, Organizações não Governamentais (ONGs) de variados tipos, departamentos de universidades, setores de órgãos públicos, pequenas empresas organizadas sob a forma de cooperativa, federações, fundações (GOHN, 2006).

O terceiro setor introduz uma nova dinâmica na gestão das políticas sociais, que privilegia a lógica do cliente, valoriza a gestão intersetorial e possibilita o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equânime (JUNQUEIRA, 2004), assim como nas políticas sociais as demais políticas recebem suas influências.

Discussões internacionais impactam a agenda nacional e reforçam a importância da corresponsabilidade social, na complementaridade entre as ações dos diversos setores e que há quase um consenso de que a interação de ações e agentes que implementam políticas públicas propicia troca de conhecimento, maior racionalidade, otimização de recursos, qualidade e eficácia em todas as instâncias e atores envolvidos (MADEIRA; BIANCARDI, 2003).

A sociedade civil organizada ganha *status* de terceiro setor e assume responsabilidades do setor público com o nome de “corresponsabilidade”. Influenciada por determinantes macros como a referida agenda internacional. Sua ação pontual e estratégica no atendimento às necessidades de seus idealizadores e clientes. Tais iniciativas são importantes e necessárias, mas estão inseridas na lógica do capital que privilegia os detentores dos meios de produção da riqueza de um país ou mesmo global.

### **Terceiro setor e políticas sociais públicas**

As políticas públicas são compreendidas como alternativas para a solução das desigualdades.

Para Yamamoto (2007) há pontos de equilíbrio entre a acumulação e a privação social que dependem das correlações de forças presentes no cenário conjuntural político e histórico que podem ser expressos em ações de caráter universalistas.

A crise do modelo econômico no segundo quartel da década de setenta do século passado dá início ao processo que culminaria na



hegemonia do ideário e agenda neoliberais (YAMAMOTO, 2007).

Estabelecida como doutrina vitoriosa em 1980, o neoliberalismo desenvolveu-se como movimento ideológico internacional a partir da década de 1930 liderado por Hayek entre outros e, passou a ser o fundamento das políticas públicas no contexto internacional (GROS, 2004).

Nas adaptações inclusas na agenda neoliberal situam-se, dentre outras, as privatizações, a repressão aos movimentos sindicais, os cortes dos gastos sociais pela desmontagem dos serviços públicos. Estabelece como uma de suas premissas o mercado como instância mediadora fundamental e a idéia de um Estado mínimo como alternativa para a democracia (YAMAMOTO, 2007).

No Brasil, um exemplo de democratização está na participação da sociedade civil na década de 1970 e 1980, que contribuiu com a promulgação da Constituição de 1988, que contemplou na letra da lei a equidade, a justiça social e a participação da sociedade civil nos espaços de decisão de forma descentralizada inaugurando a era democrática e de possibilidades de reparo às desigualdades sociais (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA, 2009) e por consequência, no desenvolvimento sustentável do país.

A importância da sociedade civil na construção das políticas foi, sem dúvida, marcante e necessária. Todos os avanços refletem a necessidade da continuidade desta atuação, embora inúmeras conquistas possam ser mensuradas a exemplo a estrutura democrática conquistada, a lógica que ainda predomina é a do poder hegemônico e, neste caso, do capital.

## Resultados

Em relação a sua sede, o desenvolvimento do distrito aconteceu timidamente e a população rural continua excluída das políticas públicas como, por exemplo, o transporte público interno até hoje inexistente e que acarreta na inacessibilidade ou dificuldade do acesso dos munícipes aos serviços básicos como os de educação e saúde.

Apesar da comunidade não ser atingida de forma eficaz pelas políticas públicas, observa-se que a aceitação da vocação do distrito para o turismo pelos governantes e comunidade interfere nas políticas neste âmbito. Uma medida descrita em Santos (2010) foi à adoção de reformas para a revitalização do distrito em 2007.

O reconhecimento legal como Área de Proteção Ambiental aconteceu primeiramente em 1982, por uma lei federal e apenas após 20 anos

houve criação de um plano de manejo o que revela o despreparo do poder público para o gerenciamento das APAs.

O Conselho Gestor da APA do distrito é reconhecido pela comunidade e se consolida como um fórum de discussão privilegiado. Em 2005, os membros da sociedade civil que compunham este conselho eram das instituições Associação de Turismo Sustentável, Clube dos Tropeiros, Frente Ampla de Defesa Ambiental, Instituto Muriqui, Paróquia de São Francisco Xavier e Sociedade Amigos de São Francisco Xavier (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2005). O que remete a sua organização histórica e política, ou seja, a influência da sua formação pelos tropeiros, a tradição religiosa, a organização em torno de algo que impacta a sociedade e a relação com o ambiente expressa pelo interesse do uso e exploração dos recursos naturais de forma consciente pelos moradores.

A sociedade civil organizada ou terceiro setor foram historicamente constituídos como possibilidade de enfrentamento das situações de interesse público originadas pelo conflito de classes e corre o risco de se institucionalizar como alerta Gohn (2006). Se num primeiro momento seu interesse era o de fiscalizar o aparelho estatal, institucionalizado, dentro de um Conselho Gestor seu poder historicamente construído corre um sério risco de não proteger os interesses de seus pares. Existe o interesse no desenvolvimento sustentável tanto do governo quanto da sociedade civil, mas desenvolver sustentavelmente pode implicar em conflito e confrontos com poderes hegemônicos ligados ao capital.

Os fatores determinantes são observados tanto nas relações mais próximas quanto na configuração da sociedade: sempre a prevalência de valores hegemônicos. E, na sociedade capitalista, tais valores sobrepõem-se de forma avassaladora aos demais, determinando a emergência do terceiro setor como uma resposta às vulnerabilidades da população; dentre estas o reconhecimento do direito de viver em um ambiente sustentável ecologicamente.

A relação capital-trabalho e a política neoliberal contribuem com lógica da acumulação do capital por minorias e pela presença de um estado mínimo que favorece iniciativas do terceiro setor no âmbito das políticas públicas quando estas são negligenciadas pelo estado. Neste caso, a participação da sociedade civil no Conselho Gestor aparece como uma dupla possibilidade: a de defender os interesses da comunidade local e a de contribuir com o governo na execução desta política pública.

Nada de ingenuidade: apesar do conceito de Gramsci apud Semeraro (1999), que sustenta a idéia de uma sociedade civil autônoma, o que está na "arena política" é a relação de desigualdade e a intervenção da sociedade civil se faz pela participação. Após o posicionamento histórico dos movimentos sociais no Brasil em plena ditadura, gradativamente, utilizam de instrumentos estatais para o exercício da democracia que, conforme Gohn (2006) caminha para a institucionalização.

### Conclusões

Conclui-se que a legislações criadas com a intenção de proteger o ambiente por si só, revelam a importância do manejo e do desenvolvimento sustentável, necessárias diante da diversidade de interesses na ocupação e utilização dos territórios.

As iniciativas do terceiro setor, hoje, prestam serviços para o estado, que privatizou muitos dos seus equipamentos. Imbricado nesta discussão temos o privado e o público. Teoricamente, um visa o lucro, o outro o bem estar da sociedade. Mas os interesses hegemônicos, baseados na lógica do capital podem colocar em risco o desenvolvimento de uma comunidade como a de São Francisco Xavier/SP, mesmo esta amparada em uma legislação como que a insere em Área de Proteção Ambiental. O controle social e a vigilância, por meio da sociedade civil organizada são instrumentos necessários e urgentes para a garantia do desenvolvimento sustentável nesta comunidade.

### Referências

- ANDRADE, A. C. **São Francisco Xavier faz 109 anos com festa e barreado**. Jornal Valeparaibano, São José dos Campos, 19 ago. 2001.
- BOUDON, R.; BESNARD, P.; CHERKAOUI, M.; LÉCUYER, B. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- COELHO, S. C. T. **Terceiro setor** um estudo comparado entre o Brasil e os Estados Unidos. 2 ed. Senac editora, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://books.google.com.br/>. Acesso em 29 jan 2011.
- GOHN, M. G. M. A grande arte da Política Pública local. In CHAMON, E. M. Q.; SOUSA, C. M. (Org). **Estudos interdisciplinares em ciências sociais**. Taubaté: Cabral, 2006.
- GROS, D. Institutos Liberais, Neoliberalismo e Políticas Públicas na nova República. **RBCS** v. 19, n. 54, 2004.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Interessados ainda podem mandar sugestões para plano de manejo**. 2005. Disponível em: [http://www.ambiente.sp.gov.br/destaque/2004/julh/06\\_apa.htm](http://www.ambiente.sp.gov.br/destaque/2004/julh/06_apa.htm). Acesso em 09 mar. 2011.
- \_\_\_\_\_. **O que é uma Área de Proteção Ambiental - APA**. [s/d]. Disponível em: [http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/oque\\_apa.htm](http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/oque_apa.htm). Acesso em: 09 mar. 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro\\_BrasilDesenvEN\\_Vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf). Acesso em: 22 set. 2010.
- JORNAL VALEPARAIBANO. **Patrimônio** Comissão debate preservação da Matriz de São Francisco. Jornal Valeparaibano, São José dos Campos, 07 mar. 2003.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**. v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.
- MADEIRA, F. R.; BIANCARDI, M. R. O desafio das estatísticas do Terceiro Setor. **São Paulo Perspec**. São Paulo, v. 17, n. 3-4, Dec. 2003.
- MARREIRA, F. **São Francisco completa hoje 117 anos**. Jornal Valeparaibano, São José dos Campos, 16 ago 2009.
- MARTINS, J. S. As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, abr, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-0142000000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-0142000000100015&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 jan. 2011.
- PEREIRA, P. **Política social temas & questões**. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado**. PPDI 2006 – Diagnóstico. 2006. Disponível em: [http://www.sjc.sp.gov.br/spu/downloads/2006\\_PD\\_Diagnostico.pdf](http://www.sjc.sp.gov.br/spu/downloads/2006_PD_Diagnostico.pdf). Acesso em: 17 jul. 2010.

- \_\_\_\_\_. **São José em dados 2008**. 2008.  
Disponível em:  
[http://www.sjc.sp.gov.br/spu/sjc\\_dados.asp](http://www.sjc.sp.gov.br/spu/sjc_dados.asp).  
Acesso em: 18 ago. 2010.

- RUSCHMAN, D. M. (Coord.). **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável** – São Francisco Xavier. Ruschmann Consultores: 2003.

- SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 66, Abril/99

- SANTOS, R. B. **Formação histórica e transformações sócio-culturais no distrito de São Francisco Xavier**. 2007. 150f. Dissertação (Mestrado em planejamento urbano e regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

- SANTOS, R. B. **São Francisco Xavier histórias aos pés da Mantiqueira**. São José dos Campos: Netebooks, 2010.

- SÃO FRANCISCO XAVIER [s/d]. **Pontos Turísticos**. Disponível em:  
<http://www.saofranciscoxavier.org.br>. Acesso em:  
07 mar. 2011.

- TEIXEIRA, B. **Mulheres e o consumo de benzodiazepínicos em São Francisco Xavier: Discussões sobre uma proposta alternativa**. 2004. 78f. Dissertação (Mestrado em ciências biológicas) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba, 2004.

- YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, abr 2007.